

REPÚBLICA DO BRASIL


Cartório Unico de Bom Sucesso-PB
Francisco Alvaci Fernandes Junior
Oficial Interino
CPF: 075.704.461-40



09.223.348/0001-12
BOM SUCESSO CARTÓRIO DO
REGISTRO CIVIL
RUA FÉLIX TRAJANO, 104 - CENTRO
CEP. 58887-000 - BOM SUCESSO-PB

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CATOLE DO ROCHA

Cartório de Registro Civil Tabelionato de Notas

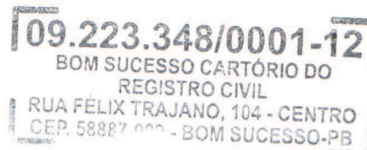
Rua Félix Trajano, 104 – Centro – Bom Sucesso - PB

(Telefone: 83 99903-5952)

Francisco Alvaci Fernandes Junior

Oficial

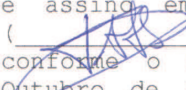




PROCURAÇÃO

Livro: 46
Folha(s): 59 à 59v

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz: MARLUCE MARIA DE LIMA.

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração virem que aos VINTE E SEIS (26) dias do mês de OUTUBRO do ano de DOIS MIL E DEZESSETE (2017), nesta cidade de Bom Sucesso, Estado Paraíba, Rua Felix Trajano, número 104, Bairro Centro, neste cartório, perante mim Substituto compareceu(ram) como **Outorgante(s)** a **Sra. MARLUCE MARIA DE LIMA**, brasileira, aposentada, casada, portadora do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 37.864.847-0, Órgão Emissor SSP-PB, e, do CPF/MF de número 738.986.944-53, residente e domiciliada na(o) Rua PROJETADA, s/n, na cidade de Bom Sucesso, no Estado da Paraíba, reconhecido como o próprio por mim Substituto pelos documentos que me foram apresentados em seus originais, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia(am) e constitui(em) seu(s)(sua)(suas) bastante(s) Procurador(a)(es)(as) o **Sr. RAIMUNDO ANTUNES BATISTA**, brasileiro, advogado, casado, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 1.026.582, Órgão Emissor SSP-PB, e, do CPF/MF de número 465.459.644-53, residente e domiciliado na(o) na cidade de Santa Cruz, no Estado da Paraíba, a quem concede poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao autorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documento necessário junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer a praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para o Outorgante. Enfim, praticar os demais atos do interesse do(a)(os)(as) Outorgante(s), podendo, inclusive, substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes. Os dados do(a)(s) procurador(a)(es) e do objeto da presente foram fornecidos por declaração, ficando o(s) outorgante(s) responsável(eis) por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção. Eximindo esta Serventia de qualquer responsabilidade civil e criminal. E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, aceita e assina. Eu, Francisco Alvaci Fernandes Junior, Substituto, subscrevo e assino em público e raso com sinal que uso. Em testemunho () da verdade. As.: MARLUCE MARIA DE LIMA. Está conforme o original. Dou fé. Traslada hoje. Lavrada em 26 de Outubro de 2017, às fls. 59 a 59v. Emolumentos: R\$ 46,16; Taxa FARPEN: R\$ 5,01; Taxa FEPJ: R\$ 1,85; Taxa MP: R\$ 0,15; Valor Total: R\$ 53,17, conforme Lei 10.169/2000 do Provimento 05/2006. Selo Digital: ACO11563-2Q5L - Consulte autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Bom Sucesso/PB, 26 de Outubro de 2017

Francisco Alvaci Fernandes Júnior

Francisco Alvaci Fernandes Júnior

Cartório Único de Bom Sucesso-PB

Francisco Alvaci Fernandes Júnior

Oficial Interino

CPF: 078.704.464-40

Bom Sucesso-PB, 26 de 10 de 2017

Francisco Alvaci Fernandes Júnior

Oficial Interino

CPF: 078.704.464-40





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:
JOSÉ MUNIZ DE LIMA
MARLUCE MARIA DE LIMA

MATRÍCULA:
0717530155 1977 2 00002 294 0000622 93

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONTRAENTES

JOSÉ MUNIZ DE LIMA, nascido em vinte e três de fevereiro de um mil novecentos e cinquenta e oito (23/02/1958), natural de Catolê do Rocha-PB, brasileiro. Filho de **MISAEL MUNIZ DE LIMA** e **ANTONIA FERREIRA DE LIMA**.

MARLUCE MARIA FILHA, nascida em vinte e dois de janeiro de um mil novecentos e cinquenta e cinco (22/01/1955), natural de Bom Sucesso-PB, brasileira. Filha de **JOSÉ CAETANO DOS SANTOS** e **MARIA FILHA DE SOUSA**.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO) _____
vinte e seis de outubro de um mil novecentos e setenta e sete

DIA 26 MÊS 10 ANO 1977

REGIME DE BENS DO CASAMENTO _____
Comunhão de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO) _____
ELE: O mesmo nome de solteiro
ELA: **MARLUCE MARIA DE LIMA**

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES _____
2ª VIA. Registro lavrado em 26/10/1977, no Livro B-00002, N° 622, folha 294-V.

NOME DO OFÍCIO _____
Cartório do Registro Civil

OFICIAL REGISTRADOR _____
Aldenora Fernandes Gadelha Martins

MUNICÍPIO/UF _____
Catolê do Rocha-PB

ENDEREÇO _____
Av. Venâncio Neiva S/N, Centro Catolê do Rocha-PB - CEP
58884000 Fone: (83) 3441 - 1218 E-mail:
cartorioregistrocivil@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Catolê do Rocha-PB, 25 de março de 2015

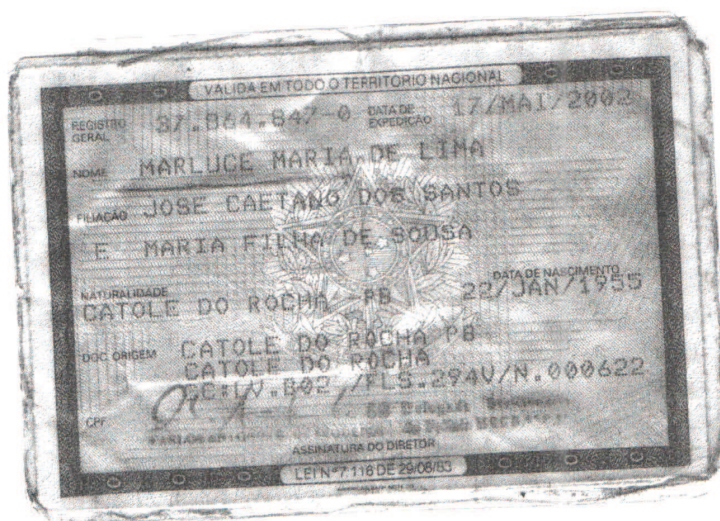
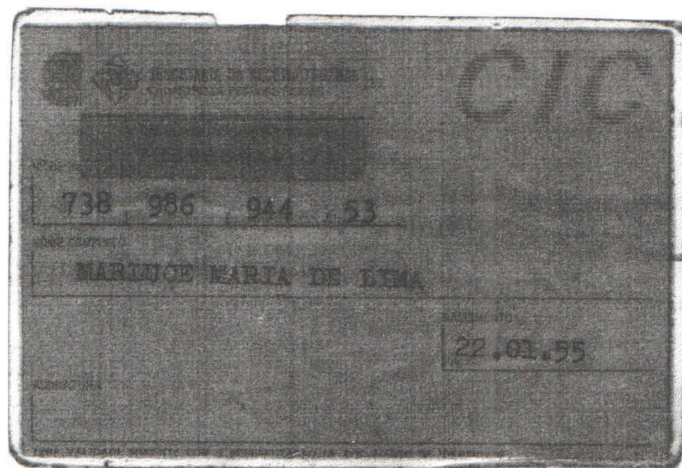
Aldenora Fernandes Gadelha Martins
Aldenora Fernandes Gadelha Martins
Oficial do Registro Civil
Catolê do Rocha-PB

Selo Digital: **ABE78021-8VII**
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 861724 A





DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, sob as penas da Lei, perante qualquer autoridade Judiciária ou não, Juízo ou Tribunal, Instituição Pública ou Privada, que eu, **MARLUCE MARIA DE LIMA**, brasileira, viúva, agricultora, com CPF (MF) n. 738.986.944-53 e RG n. 378.648.470 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/n, Bairro Popular, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000; não tenho condições financeiras de arcar com as custas e despesas processais para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Bom Sucesso (PB), 18 de Outubro de 2018.



DECLARANTE



MARLUCE MARIA DE LIMA
RUA PROJETADA, S/N - CENTRO
BOM SUCESSO / PB CEP: 56987000 (AG: 245)

Emissão: 08/11/2017 Referência: Nov / 2017
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO B1230, km 25 - Oito Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro 3 - 251 - 805 - 5180 Nº medidor: 00009571282



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.095.193/0001-40 Insc. Est. 16.015.623-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000 227 333
Cód. para Dth. Automático: 0001642096-0

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	08/11/2017	07/12/2017	73898694453

UC (Unidade Consumidora): 5/1642096-0

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL - CADASTRO BIOMÉTRICO: A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA É OBRIGATORIA E GRATUITA. O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA ALERTA QUANTO AO CADASTRAMENTO PROCURANDO O CARTÓRIO ELEITORAL MAIS PRÓXIMO PARA EFETUAR O SEU CADASTRO.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
08/10/17	7947	08/11/17	8104	1	257	33

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Aliq.	Forma (R\$)	Base Calc. Pte (R\$)	Colme (R\$)
				Tributos Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Pte/Colme (R\$)	(1,3291%) (R\$ 1218%)
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,258580	7,75	7,75	27	7,08	7,75
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,443280	31,03	31,03	27	28,39	31,03
0801	Consumo - 101 a 220kWh-BR	120,000	0,684930	79,79	79,79	27	71,54	79,79
0801	Consumo acima de 220kWh-BR	37,000	0,738810	27,33	27,33	27	25,33	27,33
0801	Adic. B. Vermelha			11,80	11,80	27	11,80	11,80
0810	Subsídio			51,54	51,54	27	13,91	51,54
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0804	JUROS DE MORA 10/2017			0,51	0,00	0	0,00	0,00
0805	MULTA 10/2017			3,36	0,00	0	0,00	0,00
0899	COMPLEMENTO REAJUSTE TARIFARIO 10/2017			17,29	0,00	0	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-33,78	0,00	0	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item. TOTAL: 196,44 209,04 56,44 209,04 2,77 12,79

Média últimos meses (kWh): 238

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
16/11/2017	R\$ 196,44

Histórico de Consumo (kWh)

243	215	245	229	252	323	266	282	236	203	171	172
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

RESERVADO AO FISCO
bc13.203e.a095.3850.ff68.2c5a.2dda.9185.

Indicadores de Qualidade			08/2017 - Contador de Roteiro	
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	8,27	0,00	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	12,54			
DIC ANUAL	25,08		CONTRATADA	202
FIC MENSAL	3,42	0,00		
FIC TRIMESTRAL	9,89		LIMITE SUPERIOR	231
FIC ANUAL	13,70			
DMC	3,71	0,00		
DICRI	12,22			

Composição do Consumo		
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	35,90	18,27
Compra de Energia	51,91	26,43
Serviço de Transmissão	5,50	2,80
Encargos Setoriais	9,94	5,08
Impostos Diretos e Encargos	75,90	38,84
Outros Serviços	17,29	8,80
Total	196,44	100,00

Valor do EUSD (Ref. 9/2017) R\$ 36,78

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$33,79

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 22/10/2018 22:20:57

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18102222125091300000016880212

Número do documento: 18102222125091300000016880212



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PATOS/PB
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – SOUSA/PB
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 147/2017

VERSANDO SOBRE: ACIDENTE DE TRANSITO.

DATA DO FATO: 23.03.2017. Horário, 11:h,00:min, aproximadamente.

LOCAL DO FATO: Rodovia que ligas as Cidades de Brejo dos Santos a Catole do Rocha-PB.

DATA DE CONHECIMENTO DA DELEGACIA: 31.07.2017.

O(A) Comunicante: MARLUCE MARIA DE LIMA, **Nacionalidade:** brasileiro **Estado Civil:** viuva, **Profissão:** aposentada, **Naturalidade:** Catole do Rocha-PB, **Grau de Instrução:** não alfabetizada, com 62 anos de idade, **Data de Nascimento:** 22.01.1965, **Filiação:** Jose Caetano dos Santos e de Maria Filha de Sousa, **RG** nº 37864847-0-SSP/SP, **CPF** nº 738986944-53, residente na Rua Projetada, S/Nº, Bairro Popular, Bom Sucesso-PB.

Vítima. O Comunicante.

HISTORICO DO FATO

O(A) comunicante, **após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB**, declarou o **SEGUINTE:** QUE, na data hora e local acima descrito, sofreu um acidente de transito, quando trafegava de garupa de sua residência, sentido a Cidade de Catole do Rocha-PB, na MOTO HONDA/CG 150 FAN ESI, COR PRETA, ANO E DEMO 2012/2013, PLACA NOH6051/RN, CHASSI 9C2KC1670DRQ04891, licenciada em nome de Aldo Alves de Lima e conduzida no momento do acidente pela pessoa Jucerlandio Alves de Oliveira; Que, ao chegar próximo a Cidade de Catole do Rocha-PB, o condutor da moto a qual ia, colidiu com outra moto que vinha atrás; Que, na colisão veio a cair com o condutor; Que, em decorrência da queda sofreu trauma pelo corpo; Que, foi socorrida pelo SAMU para o Hospital Regional de Catole do Rocha, onde recebeu atendimento medico; Que, não teve despesas hospitalar. **QUE TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS SÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO COMUNICANTE.** Seguindo determinação da Portaria nº 352/2013/DGERAL/SEDS/PB, onde determina que os Boletins de Ocorrência sejam registrados em qualquer Delegacia deste Estado **Declaro ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.**

Autoridade Policial: Carlos Jose Seabra de Melo.

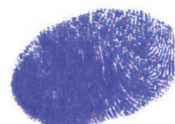
Providencias Adotada: Lavratura do BO

Comunicante Vítima: _____

Osmarino Souto Muniz

Escrivão Ad-Hoc

Mat.603780-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 10359 // 00003 Nº 013103107845
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 00504669699 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2017

NOME
ALDO ALVES DE LIMA

CPF / CNPJ 702.892.204-91 PLACA NH6051

PLACA ANT / UF NH6051/RN CHASSI 9C2K1670DR004891

ESPÉCIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE COMBUSTÍVEL ALCOOL-GASOL

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI ANO FAB. 2012 ANO MOD. 2013

CAP / POT / CIL OCV/149 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1º PAGO R\$ 0.00 06/02/2017

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 2º PAGO 002855 3X R\$ ***** 3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO *** TAXAS DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: KC16E7D004891

ALEXANDRIA/RN DATA 06/02/2017

Silviany Leal de Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN - RN
EXPEIDICOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 013103107845 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 06/02/2017

VIA 1 CPF / CNPJ 702.892.204-91 PLACA NH6051

RENAVAM 00504669699 MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI

ANO FAB. 2012 CAT. TARIF 9 Nº CHASSI 9C2K1670DR004891

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO

COTA ÚNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

JUL/2016



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, ALDO ALVES DE LIMA

RG nº 1.117.178, data de expedição 15/03/1988

Órgão SSPIRN, portador do CPF nº 702., com

domicílio -na- cidade de BOM SUCESSO, no Estado de

PARNÁ, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

RUA PROJETADA-CEHAD- CENTRO, nº SIV,

complemento TERREO, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima MARLUCE MARIA DE LIMA, cujo o condutor era

JUCERIÂNIO ALVES DE OLIVEIRA

Veículo: MOTOCICLETA

Modelo: HONDA/CG 150 FANESI

Ano: 2012

Placa: NOH 6051

Chassi: 9C2KC1670DR04891

Data do Acidente: 23/03/2017

Local e Data: BOM SUCESSO-PB, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

x Aldo Alves de Lima
Assinatura do Declarante



x Jucelândia Alves de Oliveira
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



CARTÓRIO DISTRITAL DO DISTRITO DE SERRINHA-PB Distrito de Serrinha Bom Sucesso-PB CEP: 58987-000 CNPJ: 09.107.594/0001-09	RECONHEÇO a(s) firma(s) <u>Suporte</u>
	<u>de Aldo Alves de</u>
	<u>Suporte</u>
	<u>de Oliveira, por</u>
AUTENTICIDADE. Dou fé	
Em test (<u>Missa</u>) da verdade.	
Dist. de Serrinha-PB, <u>27</u> de <u>10</u> de <u>2017</u>	
<u>Maria da Paz de Sá</u>	
Maria da Paz de Sá - Oficial	

AFX21754 - DTXX

Seio Digital:
Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Cartório Distrital do
Distrito de Serrinha
BOM SUCESSO-PB
MARI DA PAZ DE SÁ
Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO DISTRITAL DO DISTRITO DE SERRINHA-PB Distrito de Serrinha Bom Sucesso-PB CEP: 58987-000 CNPJ: 09.107.594/0001-09	RECONHEÇO a(s) firma(s) <u>Suporte</u>
	<u>de Jucelândia Alves</u>
	<u>de Oliveira, por</u>
	<u>Missa</u>
AUTENTICIDADE. Dou fé	
Em test (<u>Missa</u>) da verdade.	
Dist. de Serrinha-PB, <u>27</u> de <u>10</u> de <u>2017</u>	
<u>Maria da Paz de Sá</u>	
Maria da Paz de Sá - Oficial	

AFX21755 - HHQJ

Seio Digital:
Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Cartório Distrital do
Distrito de Serrinha
BOM SUCESSO-PB
MARI DA PAZ DE SÁ
Oficial do Registro Civil



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 934225901

TITULAR
 TUCERLANDIO ALVES DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIFIC. ORG. EMISSOR UF
 003004803 SSP RN

CPF
 099.680.504.440

DATA NASCIMENTO
 17/12/1986

FILIAÇÃO
 JANQUI ALVES DE OLIVEIRA
 NEUZA ALVES DE OLIVEIRA

PERMITEC
 AB

CAT. HAB.
 AB

Nº REGISTRO
 07558451541

VALIDADE
 25/09/2017

HABILITACAO
 04/05/2007

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Titular

LOCAL
 GOIANIA, GO

DATA EMISSAO
 27/09/2012

ASSINATURA DO TITULAR
 44636664804
 60053590623

DETRAN GO (COFAS)



PRODUTO PLASTIFICADO
 934225901



[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

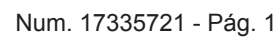


Assinatura do titular

Assinado por: *João de Jesus*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

147





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REG. DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS
CATOLÉ DO ROCHA - PB



viva o trabalho.

Entidade Prestadora do Atendimento

Código da Unidade: 2592460

CNPJ:

Nome: HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS

Bairro: BATALHÃO

UF: PB

Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 349

Estado: PARAIBA

UF: PB

Município: CATOLÉ DO ROCHA

Estado: PARAIBA

UF: PB

Nome:

Nome: Manoel de Jesus

Idade: 62

Nome Social:

Nome Social: Manoel de Jesus

Idade: 62

Profissão:

Profissão: Proprietário

Idade: 62

Endereço:

Endereço: Rua Castelo Branco

Idade: 62

Município:

Município: Catolé do Rocha

Idade: 62

Código IBGE Município:

Código IBGE Município: 5601195

Idade: 62

Data de Nascimento:

Data de Nascimento: 23/03/1955

Idade: 62

Raça / Cor:

Raça / Cor: Branca

Idade: 62

Anamnese e exame físico (sumário)

Anamnese e exame físico (sumário):

Idade: 62

Exames realizados na unidade (tipos)

Exames realizados na unidade (tipos):

Idade: 62

Resultados

Resultados:

Idade: 62

Caráter do Atendimento

Caráter do Atendimento:

Idade: 62

Atividade da Consulta

Atividade da Consulta:

Idade: 62

() 01 - Eletivo

() 02 - Urgência

() 03 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa

() 04 - Acidente no trajeto para o trabalho

() 05 - Outros tipos de acidente de trânsito

Idade: 62

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável:



Idade: 62

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo:

Idade: 62



 GOVERNO DA PARAÍBA <i>o trabalho.</i>	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	 HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS
--	--	--

Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, MARLUCE MARIA DE LIMA, RG: 37.864.847-0 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua: Projetada – Bom Sucesso - PB, foi atendida nesta Unidade Hospitalar, por Dr. Manoel Veras Freitas Terceiro – CRM/8768, no dia 23 de Março de 2017. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de Motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen F. R. Monteiro
 Diretora Geral - HRCR
 Mat. 180924-5

Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
 Diretora Geral

Catolé d Rocha – PB, 17 de Julho de 2017.



Relatório Médico

Paciente **Marluce Maria de Lima**, 62 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x moto) na rodovia que liga Brejo Santo- PB a Catolé do Rocha- PB no dia 23/03/2017 com BO de número 147/2017.

Apresentava, em decorrência do acidente, trauma na região da coluna lombar, trauma na região do quadril e escoriações pelo o corpo.

Foi submetida a tratamento conservador para o trauma na região da coluna e quadril com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso por um período de 120 dias. A mesma recebeu alta definitiva em 23/07/2017.

Ao exame:

Observo presença de cicatrizes pelo o corpo.

Coluna lombar apresenta hipertonia muscular, dor a palpação, diminuição da mobilidade articular no segmento lombar, presença de bloqueio ativo dos movimentos rotacionais e flexão de tronco e parestesia.

Quadril apresenta dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, diminuição de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há limitação em 60% da capacidade funcional da coluna lombar, para atividades que exijam o uso em excesso da mesma e que há debilidade permanente e limitação em 70% da capacidade funcional do quadril.

Cajazeiras, 08.03.2018

Dr. Rodolfo G. Cartaxo
Médico
CREMEC-T3.144
CRM-PB 8446

Rodolfo Gonçalves Cartaxo

CRM: 8446 - PB

LABCLIN - Cajazeiras – PB - Rua: Odilon Cavalcante, 78 – Centro-CEP: 58900-000

Fone: (83) 3531-4469



Lista de Processos

(admin/processo/listar)

> Visualizar Processo

Informações



Sinistro



Beneficiários



Obser

Fase**Pagamento Emitido****Cadastrado por**

ESTAGIARIO (a)

Cadastrado em

31/10/2017

Escritório

Matriz

ASL

ASL-0168063/18

Seguradora

PB Vidal

Tipo

Invalidez

Parceiro

**RAIMUNDO ANTUNES BATISTA**

CPF: 465.459.644-53



Email

Não informado

EndereçoRUA MANOEL VICENTE, SN TERREO
SAO FRANCISCO - Santa Cruz - PB - 58824-000**Telefones**

Não informado

Vítima**MARLUCE MARIA DE LIMA**

CPF: 738.986.944-53

Profissão

Não informado

Email

Não informado

Endereço

Bom Sucesso - PB

Telefones

Não informado



Lista de Processos

(admin/processo/listar)

> Visualizar Processo

Sinistro



Beneficiários



Observações



Check

Agora

05/06/2018

Pagamento Emitido

Data da perícia: 25/05/2018

Valor a pagar: R\$ 843,75

Sinistro foi enviado automaticamente para pagamento.

23/05/2018

Perícia

DADOS DA PERÍCIA

Data do agendamento: 25/05/2018

Tipo de local: Clínica

Nome do local: SEMOAN 07:00HS

ENDEREÇO

Logradouro: RUA VICENTE DE PAULA LEITE

Número: 665

Complemento:

Bairro: CENTRO

Município: POMBAL

UF: PB

Telefone: ()

Celular: ()

14/05/2018

REGULAÇÃO

Processo recadastrado. Em fila para regulação.

11/01/2018

Processo Negado

Sem sequela.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

Endereço: Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58884-000, Tel: (83)3441-1450 / Fax: (83)3441-1277

NÚMERO DO PROCESSO: 0801876-98.2018.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [SEGURO]

PARTE PROMOVENTE:

Nome: MARLUCE MARIA DE LIMA

Endereço: Rua Projetada, s/n, terrço, Conjunto Cehap, BOM SUCESSO - PB - CEP: 58887-000

Advogado do(a) AUTOR: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - PB6409

PARTE PROMOVIDA:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Rua Senador Dantas, 76, 3 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) RÉU:

DECISÃO

Vistos.

O art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º, do CPC/2015).

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família, haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.



Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), CONCEDO JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, excluindo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original. Permitto ainda à parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 4 (quatro) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015).

Desse modo, determino à parte autora o recolhimento das custas processuais e diligência iniciais reduzidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (artigo 290, CPC/2015).

A presente decisão pode ser utilizada como carta de citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça - TJPB.

Diligências e intimações necessárias. Cumpra-se.

CATOLÉ DO ROCHA/PB, data do protocolo eletrônico.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 12.156,25



01 Petição de Informação em anexo



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA
MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA:

Processo nº 0801876-98.2018.8.15.0141

MARLUCE MARIA DE LIMA, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar o peticionamento de RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, na data de 23/04/2019 - (AI 0804775-70.2019.8.15.0000) perante o Tribunal de Justiça, no qual acompanharam os seguintes documentos: Petição inicial; Procuração; Declaração de pobreza; Pedido de justiça gratuita; Decisão agravada;

Termos em que pede e Espera Deferimento.

Bom Sucesso – PB, 23 de Abril de 2019.

RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - OAB/PB 6.409

ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES - OAB/PB 18.763



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA
DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.

Processo nº 0801876-98.2018.8.15.0141

Origem: 1ª Vara Mista da Comarca de Catolé do Rocha – PB

Agravante: MARLUCE MARIA DE LIMA

Agravado: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A

MARLUCE MARIA DE LIMA, brasileira, viúva, aposentada, portadora de RG nº. 37.864.847-0 SSP/PB e do CPF(MF) n. 738.986.944-53, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/n, Conjunto CEHAP, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000, por meio de seus advogados, procuração em anexo, não se conformando, data vênua, com a veneranda decisão (id 18044837), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para interpor o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, com pedido de **efeito ativo**.

Nos termos do art. 1.015, V, do CPC, pelas razões aduzidas em anexo, nas quais demonstra o equívoco da decisão recorrida, que deve ser reformada ao final, porém atribuindo-se, desde logo, efeito ativo ao recurso, ante o perigo da demora no seu julgamento final.

Requerendo a juntada das inclusas razões, e seu normal processamento.

Com fulcro no artigo 1.017, §5º do CPC, esclarece que faculta-se a juntada das peças exigidas nos incisos I e II, se o autos forem por eletrônico, o que é o caso em questão. Desta forma, dispensa-se a juntada de tais documentos.

Na forma do artigo 425, inciso IV do CPC, o patrono que esta subscreve declara a autenticidade das cópias reprográficas das peças constantes do processo judicial, sob sua responsabilidade pessoal.

Informa, também, que, em cumprimento ao artigo 1.018, parágrafo 2º do CPC juntará, oportunamente, cópia do presente recurso ao processo de origem. Esclarece,



por fim, que deixa de realizar o devido preparo, pois o motivo do presente recurso é discutir o direito da Assistência Judiciária Gratuita.

Informa, outrossim, com vistas ao preenchimento dos requisitos do art. 1.016, IV, do CPC, o endereço do advogado da agravante.

Não é possível informar os seguintes documentos:

- **dados do procurador da agravada**, tendo em vista ser agravo de instrumento em face de decisão que negou gratuidade da justiça, antes de apreciação de qualquer outra coisa, nesse rumo, a agravada ainda não foi citada, assim, ainda não constituiu procuradores;

- **contestação**, pois não houve se quer citação da parte agravada;

- **certidão da intimação**, uma vez que trata-se de autos eletrônicos e a mesma não fica disponibilizada como documento autônomo;

Termos em que pede deferimento.

Bom Sucesso – PB, 23 de abril de 2019.

RAIMUNDO ANTUNES BATISTA

OAB/PB 6.409

ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES

OAB/PB 18.763



RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo nº 0801876-98.2018.8.15.0141

Origem: 1ª Vara Mista da Comarca de Catolé do Rocha – PB

Agravante: MARLUCE MARIA DE LIMA

Agravado: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A

COLENDIA CÂMARA,

NOBRES DESEMBARGADORES,

PRELIMINARMENTE

1. DA TEMPESTIVIDADE

A parte agravante tomou ciência da r. Decisão, por meio do seu procurador. Estando portanto, tempestivo o presente Agravo.

2. BREVE E NECESSÁRIO RELATO

A parte agravante vem, com o devido acatamento, perante Vossa Excelência, apresentar as suas razões que embasam a interposição do presente agravo de instrumento que visa à reforma da decisão que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de justiça gratuita feito pela agravante.

A presente ação refere-se a um uma cobrança para recebimento de Seguro DPVAT, tendo em vista que a Agravante fora acidentada e no âmbito administrativo recebeu quantia inferior ao devido; quando do protocolo da peça inicial fora requerido pedido de gratuidade judiciária, mas esse pedido fora concedido parcialmente pela Magistrada de primeiro grau.

Não há como se manter tal decisão, uma vez que a parte é necessitada de recursos financeiros, e, além do mais assinou declaração do seu estado de pobreza, fato este suficiente para seu reconhecimento.

III. DA DECISÃO AGRAVADA

Apreciando a questão, assim decidiu o MM. Juiz a quo:

“Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela



movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), **CONCEDO JUSTIÇA GRATUITA** em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, excluindo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original. Permito ainda à parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 4 (quatro) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015).”

Assim sendo, o MM Juiz, não aceitou a justificativa da parte com relação ao pedido de justiça gratuita.

Nesse rumo, passa a expor as razões de reforma dessa decisão acima descrita, e anexada a esse agravo.

IV. DAS RAZÕES PARA A REFORMA

Data máxima vênia, o argumento utilizado, pelo juízo, para negar a totalidade de gratuidade da justiça, está combatido no novo CPC, pois conforme citado abaixo no corpo deste recurso, artigo 99, parágrafo 4º do NOVO CPC “A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.

O pedido de assistência judiciária gratuita previsto no art. 4º da Lei 1.060/50, quanto à declaração de pobreza, pode ser feito mediante simples afirmação, na própria petição inicial ou no curso do processo, não dependendo a sua concessão de declaração firmada de próprio punho pelo hipossuficiente (STJ. REsp 901.685/DF. Rel. Min. Eliana Calmon. Dje 6/8/08).

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ART. 4º DA LEI 1.060/50. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DIANTE DE ELEMENTOS SUBJETIVOS. CONDENAÇÃO ARBITRADA EM EXECUÇÃO. ACUMULAÇÃO COM OS HONORÁRIOS FIXADOS EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. (...). A justiça gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, bastando a simples afirmação do requerente de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. 3. O acórdão do Tribunal de origem, contudo, propôs critérios objetivos para o deferimento do benefício, cabendo ao requerente o ônus de demonstrar a hipossuficiência. Tal entendimento não se coaduna com os precedentes do STJ, que estabelece presunção iuris tantum do conteúdo do pedido, refutado apenas em caso de prova contrária nos autos (STJ. AgRg



nos EDcl no REsp 1239626 / RS. Rel. Min. Herman Benjamin. Dj 28/10/2011).

Sobre o tema lecionam Fredie Didier Jr e Rafael Oliveira em doutrina especializada: O art. 4º, § 1º, da LAJ, erigiu em favor do requerente autêntica presunção iuris tantum de veracidade quanto ao conteúdo da sua declaração. Barbosa Moreira conceitua tais presunções como o substrato fático que a lei estabelece como verdade até prova em contrário. O fato de havido como verdadeiro, até que se prove o contrário. Seu posicionamento, in verbis: "Do exposto ressalta com meridiana clareza a função prática exercida pela presunção legal relativa: ela atua - e nisso se exaure o papel que desempenha - na distribuição do ônus da prova, dispensando deste o litigante a quem interessa a admissão do fato presumido como verdadeiro, e correlativamente atribuindo-o à outra parte, quanto ao fato contrário".

O primeiro impulso que se tem, diante disto, é reputar o art. 4º, § 1º, da LAJ, não recepcionado pelo art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que fala na necessidade de comprovação da insuficiência de recursos. A impressão, contudo, não é correta.

Primeiramente, não se poderia admitir que justamente a Constituição Federal de 1988, de bases eminentemente voltadas para o social, pudesse incorrer em tamanho retrocesso. A se entender assim, ter-se-ia que voltar ao regramento anterior, exigindo-se dos requerentes prova da situação de carente, com inevitável restrição ao amplo e irrestrito acesso à justiça, consagrado no inciso XXXV do mesmo art. 5º da Constituição Federal.

Há de se ponderar, como faz Barbosa Moreira, que a lei ordinária terminou por ampliar a garantia deferida pela Constituição, o que somente favorece o jurisdicionado. Também assim entende Dinamarco, para quem a Carta Magna oferece um mínimo, que a lei infraconstitucional não poderá negar. Inadmissível seria se, por exemplo, ela impusesse restrições ao preceito normativo maior, como negativa do benefício, mesmo que houvesse comprovação de carência.

Não mais se admite, portanto, qualquer dúvida: a declaração de insuficiência é o suficiente para a concessão do benefício.

E ainda o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), no § 3º e § 4º, do art. 99 dispõe:



Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

O novo CPC deixa claro que não é preciso que a parte comprove sua situação de hipossuficiência para que seja concedido o benefício, bastando apenas sua declaração nesse sentido, documento bastante para comprovar a necessidade de que trata o parágrafo único do artigo 2º da Lei de Assistência Judiciária.

Referida declaração goza, portanto, de presunção juris tantum de veracidade, podendo ser elidida somente através de prova em contrário ou através de procedimento próprio de impugnação ao pedido de justiça gratuita, exigindo-se prova cabal a demonstrar que o assistido não faz jus ao benefício.

Ausente prova em contrário, prevalecem os termos da declaração.

No que tange a contratação de advogado particular pela parte beneficiária, esta não é razão suficiente para o indeferimento da justiça gratuita, pois, para gozar do benefício desta, a parte não está obrigada a recorrer aos serviços da Defensoria Pública, o que resta comprovado a teor da Lei 1060/50 e da Constituição Federal, que garantem o direito à gratuidade de justiça sem esse requisito de representação processual.

Ante o exposto, resta claro o direito da Agravante ao benefício da Assistência Judiciária Gratuita, devendo ser dado provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, a fim de reformar a r. Decisão agravada, deferindo a gratuidade da



justiça, nos termos do requerimento formulado pela parte agravantes na petição inicial e na declaração de pobreza firmada e juntada aos autos, bem como demais provas.

V. DA NECESSIDADE DO RECEBIMENTO DO AGRAVO EM SEU EFEITO ATIVO.

A manutenção da decisão agravada impõe a parte agravante um evidente prejuízo, qual seja, o indeferimento da Petição Inicial. Isso porque não tem a Agravante qualquer condição econômico-financeira para arcar com as despesas do processo.

A decisão do r. Magistrado, contudo, não só obstaculizou o acesso à justiça, como também resguardou ao Agravado oportunidade para afastar a eficácia da jurisdição.

Há de se concluir, portanto, que são razões que justificam o periculum in mora:

O indeferimento da petição inicial ante a impossibilidade da Agravante recolher as custas do processo.

Não apreciação liminar, per se, pode causar dano irreparável à eficácia da sentença que será oportunamente proferida.

O fumus boni juris, por sua vez, é evidente, posto que deva ser aplicado ao caso em comento não só o direito, mas princípios constitucionais e o próprio artigo 99 e parágrafos do novo CPC, que resguarda a agravante.

Assim, demonstrado o “periculum in mora” e o “fumus boni juris”, requer a Agravante que Vossa Excelência conceda, em liminar, efeito ativo ao presente Agravo de Instrumento, a fim de suspender os efeitos do despacho interlocutório de primeiro grau, e conceder o benefício da gratuidade da justiça, determinando ao Juízo a quo proceda a análise do pedido formulado na inicial e o prosseguimento do feito, nos termos da Lei.

VI. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS:

Isto posto, requer à Vossa Excelência:

a) Seja o presente Agravo de Instrumento recebido e distribuído incontinentemente

b) Seja deferido o efeito ativo ao presente agravo de instrumento para suspender os efeitos da decisão interlocutória, determinando o prosseguimento do feito sem o recolhimento das custas e despesas processuais



c) Seja dado provimento ao presente recurso a fim de reformar a r. Decisão agravada, deferindo a gratuidade da justiça em sua totalidade, nos termos dos requerimentos formulados pela parte agravante na declaração de pobreza firmada e juntada aos autos, e pelos motivos expostos nos corpo deste recurso.

d) Para instruir o presente Agravo, o Agravante apresenta os documentos obrigatórios (CPC, 1.017, I): a) Petição inicial; b) procuração da parte Agravante, deixa de juntar procuração do advogado da Agravada considerando que não houve a citação e constituição de advogado; c) Declaração de Hipossuficiência d) decisão agravada; e) Informa que não há citação da agravada, e a decisão é inaudita altera pars, por isso deixa de juntar contestação.

e) Deixa de recolher custas recursais, considerando não ter condições de arcar com as custas processuais, nos moldes da declaração de pobreza firmada e juntada aos autos, requerendo, desde já, o benefício da gratuidade da justiça

Com o provimento deste Agravo, com certeza, estará sendo aplicada a mais lúdima e autêntica justiça!

Valor da Causa – R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Termos em que, pede deferimento.

Bom Sucesso – PB, 23 de março de 2019.

ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES
OAB/PB 18.763

RAIMUNDO ANTUNES BATISTA
OAB/PB 6.409





Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 2º Grau
Comprovante de protocolo

Processo

Nº do processo: **0804775-70.2019.8.15.0000**
Argão julgador: **Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides**
Argão julgador Colegiado: **3ª Câmara Cível**
Jurisdição: **TJPB - Tribunal Pleno, Câmaras e Seções Especializadas**
Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)**
Assunto principal: **Seguro**
Valor da causa: **R\$ 0,00**
Prioridades: **Idoso(a)**
Partes: **MARLUCE MARIA DE LIMA (738.986.944-53)**
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (09248608000104)

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
04 Procuração.pdf	Documento de Comprovação	558,64
01 Agravo de Instrumento.pdf	Documento de Comprovação de Interposição de Agravo	551,93
03 Petição Inicial.pdf	Documento de Comprovação	600,67
Petição Inicial	Petição Inicial	0,07
05 Procuração fls. 01.pdf	Documento de Comprovação	1172,45
06 Procuração fls. 01 verso.pdf	Documento de Comprovação	503,99
02 Decisão Agravada.pdf	Documento Decisão Agravada	411,65
07 Declaração de Hipossuficiência Econômica.pdf	Documento de Comprovação	675,22

Assuntos

DIREITO CIVIL/Obrigações/Espécies de Contratos/Seguro
Lei nº 10.406/02 (Código Civil)

AGRAVANTE

RAIMUNDO ANTUNES BATISTA (Advogado)
MARLUCE MARIA DE LIMA

AGRAVADO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Distribuído em: **23/04/2019 20:29**

Protocolado por: **RAIMUNDO ANTUNES BATISTA**







ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801876-98.2018.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [SEGURO]

PARTE AUTORA: MARLUCE MARIA DE LIMA

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Aguarde-se o julgamento do agravo de instrumento interposto.

Em sendo deferida a gratuidade, proceda-se a citação do promovido.

Catolé do Rocha/PB, 24 de abril de 2019.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição



Decisão - Agravo





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192503970

Nome original: 0804775-70.2019.8.15.0000_favoritos.pdf

Data: 19/06/2019 14:14:25

Remetente:

Licia Isis Duarte de Oliveira

3ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Des. Relator, encaminhado a Vossa Excelência, para conhecimento e cumprimento, cópia da decisão proferida no Agravo de Instrumento Número:0804775-70.2019.8.15.0000.Processo referência:0801876-98.2018.8.15.0141.





19/06/2019

Número: **0804775-70.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides**

Última distribuição : **23/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0801876-98.2018.8.15.0141**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLUCE MARIA DE LIMA (AGRAVANTE)		RAIMUNDO ANTUNES BATISTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3914134	17/06/2019 14:27	Decisão	Decisão





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Câmara Cível
Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Processo nº: 0804775-70.2019.8.15.0000
Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Assuntos: [Seguro]
AGRAVANTE: MARLUCE MARIA DE LIMA

AGRAVADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DECISÃO TERMINATIVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA – INDEFERIMENTO – IRRESIGNAÇÃO – PRECEDENTE DO STJ - REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA – INTELIGÊNCIA DO ART. 932, V DO NCPC. PROVIMENTO DO RECURSO.

- O entendimento jurisprudencial no âmbito das Cortes Superiores de Justiça pacificou-se no sentido de que para o deferimento da assistência judiciária gratuita em favor de pessoa física milita a presunção relativa de incapacidade de arcar com as custas judiciais, bastando que a parte apresente declaração de pobreza.

- No presente caso, a assistência judiciária gratuita poderá ser deferida em relação à recorrente, uma vez que não se pode inferir, dos elementos representados na peça exordial, nenhum indício de boas condições financeiras capazes de suportar o ônus econômico decorrente das despesas judiciais.

Vistos, etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por MARLUCE MARIA DE LIMA contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 1ª Vara Mista de Catolé do Rocha(id 3560207) que, nos autos da Ação de Cobrança ajuizada pela ora agravante, CONCEDEU JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015,



Assinado eletronicamente por: Saulo Henrique de Sá e Benevides - 17/06/2019 14:27:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061714275247700000003901238>
Número do documento: 19061714275247700000003901238

Num. 3914134 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ELANE CRISTINA VIEIRA CARNEIRO - 11/09/2019 11:11:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091111111942700000023541984>
Número do documento: 19091111111942700000023541984

Num. 24312917 - Pág. 3

excluindo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original. Permitiu ainda a parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 4 (quatro) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015). Determinou, por fim, à parte autora o recolhimento das custas processuais reduzidas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação.

Em suas razões, o agravante afirma que o magistrado *a quo* agiu em desacerto quando indeferiu o pedido de justiça gratuita, uma vez que, de acordo com o art. 99, §2º, do CPC/15, o juiz só pode indeferir o pedido de justiça gratuita se houver indícios de que a parte não preenche os requisitos legais para a concessão. Ademais, a gratuidade só pode ser indeferida se houver nos autos elementos que indiquem que a parte não faz jus ao benefício. Por fim, a agravante aduz que não tem condição de arcar com as custas e demais despesas judiciárias, ainda que parciais.

Pugna, em sede de liminar, pelo efeito suspensivo e, no mérito, pelo provimento do recurso para reformar a decisão agravada, deferindo-lhe o benefício da justiça gratuita de forma integral.

É o relatório.

Decido.

Compulsando os autos, percebe-se que a irrisignação do agravante, pautada pelo fundado receio de ocorrência de dano irreparável e lesão de difícil reparação, assenta-se em premissas de relevante juridicidade.

Conforme dito alhures, busca o agravante a reforma da decisão singular que **CONCEDEU JUSTIÇA GRATUITA** em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, **excluindo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original**. Permito ainda à parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 4 (quatro) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015).

Ao indeferir o pleito do agravante, assim justificou o juízo de primeiro grau:

“(…) Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º, do CPC/2015).

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família,



Assinado eletronicamente por: Saulo Henrique de Sá e Benevides - 17/06/2019 14:27:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061714275247700000003901238>
Número do documento: 19061714275247700000003901238

Num. 3914134 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ELANE CRISTINA VIEIRA CARNEIRO - 11/09/2019 11:11:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091111111942700000023541984>
Número do documento: 19091111111942700000023541984

Num. 24312917 - Pág. 4

haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art. 98, §2º, da CF), CONCEDO JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, excluindo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original. Permito ainda à parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 4 (quatro) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015)."

Ora, a jurisprudência firma ser suficiente ao exercício do direito à gratuidade da justiça a mera alegação de que o sujeito encontra-se impossibilitado de suportar as despesas processuais, sem sacrificar o próprio sustento ou o de sua família.

Pois bem.

A respeito do tema pertinente à gratuidade judicial, assim estabelece o artigo 98 do CPC/2015:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

E o § 3º do art. 99, dispõe que se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Já o §2º do mesmo dispositivo estabelece que o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessão do benefício.

Neste sentido, em que pese o entendimento exposto em primeiro grau, a nosso ver, estão presentes as razões para o deferimento da gratuidade judicial, porquanto inexistem nos autos principais (Ação de Cobrança de Seguro DPVAT nº 0801876-98.2018.8.15.0141) elementos concretos que demonstrem a capacidade financeira da agravante. Ao contrário, cuida-se de agricultora aposentada, conforme informações trazidas aos autos.

Corroborando esse entendimento, pronunciou-se o STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM - REVISÃO - ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.



Assinado eletronicamente por: Saulo Henrique de Sá e Benevides - 17/06/2019 14:27:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061714275247700000003901238>
Número do documento: 19061714275247700000003901238

Num. 3914134 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ELANE CRISTINA VIEIRA CARNEIRO - 11/09/2019 11:11:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909111111942700000023541984>
Número do documento: 1909111111942700000023541984

Num. 24312917 - Pág. 5

1. Este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp. 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/05/2013).

2. A desconstituição das conclusões adotadas pelo Tribunal de origem acerca da condição do autor de arcar com as despesas do processo, tal como postulado nas razões do recurso especial, demandaria o reexame de matéria fática, procedimento que, em sede especial, encontra empecilho na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento

(AgInt no AREsp. 870.424/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 8.6.2016)

No mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PESSOA FÍSICA - AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE ELIDIR A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - RECURSO PROVIDO. 1. Para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa física basta a simples afirmação da parte de sua pobreza, até prova em contrário, tendo em vista a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência. 2. **O indeferimento do benefício nestes casos deve ocorrer somente quando houver nos autos prova inequívoca capaz de elidir a presunção de veracidade da declaração prestada pela parte, o que não se verifica neste caso.** 3. **O deferimento da assistência judiciária não pressupõe estado de penúria ou miséria absoluta, mas pobreza na acepção jurídica do termo, ou seja, ausência da possibilidade financeira de litigar em Juízo, sem comprometer o sustento próprio ou da família.** 4. Recurso provido. (Agravo de Instrumento nº 0038029-58.2017.8.08.0024, 1ª Câmara Cível do TJES, Rel. Fabio Clem de Oliveira, j. 24.04.2018, Publ. 24.05.2018)

Sob a perspectiva do *periculum in mora*, de igual modo não se faz necessário laborar grande esforço, uma vez que, o não pagamento das custas enseja o indeferimento da inicial.

Por fim, frise-se que as decisões jurisprudenciais acima reproduzidas são dominantes no Superior Tribunal de Justiça. Desta feita, com base na súmula 568, e no princípio da isonomia, verifica-se que não haveria sentido proferir decisões monocráticas apenas com base em recursos repetitivos, haja vista o próprio STJ ter sumulado o entendimento de que as decisões monocráticas podem ser proferidas com base na sua jurisprudência dominante.

Assim reza Súmula 568 do STJ: “O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Ademais, conforme vem enunciando o Processualista Daniel Amorim Assumpção em comentários ao art.932 do CPC “*Para parcela da doutrina, o dispositivo deve ser interpretado ampliativamente, de forma a ser aplicável sempre que existir precedente sobre a matéria não tenha sido objeto de julgamento de causas repetitivas ou de incidente de assunção de competência*” (ASSUMPÇÃO NEVES, Daniel Amorim, Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, página 1515, Editora Juspodivm)



Assinado eletronicamente por: Saulo Henrique de Sá e Benevides - 17/06/2019 14:27:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061714275247700000003901238>
Número do documento: 19061714275247700000003901238

Num. 3914134 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ELANE CRISTINA VIEIRA CARNEIRO - 11/09/2019 11:11:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909111111942700000023541984>
Número do documento: 1909111111942700000023541984

Num. 24312917 - Pág. 6

Pelo exposto, **dou provimento ao recurso**, nos termos do art. 932, V, do NCPC, **a fim de conceder o benefício da justiça gratuita, de forma integral, em prol da agravante.**

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

João Pessoa, 14 de junho de 2019.

Des. Saulo Henrique de Sá e Benevides

Relator



Assinado eletronicamente por: Saulo Henrique de Sá e Benevides - 17/06/2019 14:27:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061714275247700000003901238>
Número do documento: 19061714275247700000003901238

Num. 3914134 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ELANE CRISTINA VIEIRA CARNEIRO - 11/09/2019 11:11:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909111111942700000023541984>
Número do documento: 1909111111942700000023541984

Num. 24312917 - Pág. 7